

A recuperação da economia, ainda que a passos lentos, sinaliza que alguns setores devem apresentar um crescimento mais consistente à medida que o país desengavetar projetos, sobretudo nas áreas de engenharia e infraestrutura.

Executar obras país a fora é fundamental para o desenvolvimento econômico e para a geração de emprego, inclusive no mercado segurador. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6814/2017, que institui normas de licitações em contratos da administração pública, prevê alterações relativas à exigência do seguro garantia, por exemplo.

Para analisar esse cenário, e as implicâncias no setor de seguros, ouvimos Eduardo Cruci, Gerente de Linhas de Crédito da AIG Brasil. Confira a entrevista a seguir.

Com os primeiros sinais da retomada econômica, quais têm sido as demandas em termos de obras públicas ou privadas?

Eduardo Cruci: Temos observado certa demanda para obras relacionadas a concessões aeroportuárias, saneamento e rodovias, no âmbito do PPI (Programa de Parceria de Investimento), mas a contratação direta pelos governos está sujeita à arrecadação e ao endividamento e, da mesma forma, as empresas esperam mais previsibilidade para voltar a investir.

Acreditamos que, se houver a efetiva retomada da economia neste segundo semestre, isso irá favorecer os indicadores de confiança da indústria e dos consumidores, com potencial crescimento em 2018.

E como se comporta a demanda pelos seguros de risco de engenharia e garantia?

O seguro garantia relacionado a projetos continuam a se concentrar em Bid e Performance Bond, mas, por conta da situação atual, a representatividade em volume ficou atrás das garantias judiciais.

As empresas atualmente estão mais focadas em caixa e liquidez no curto prazo, enquanto esperam um cenário mais previsível para redefinir sua estratégia. Neste ponto, as garantias judiciais estão ganhando espaço, à medida que reduzem o custo financeiro das empresas.

Em fevereiro deste ano, o Governo Federal sinalizou a retomada de 436 obras em todo o País, que integram 1,1 mil projetos. Quais as expectativas com esse movimento e como ele impacta diretamente no mercado de seguros?

No cenário econômico atual, qualquer sinalização de retomada de obras deve ser vista de forma positiva. Todavia, estamos falando de projetos de baixo valor (entre R\$ 500 mil e R\$ 10 milhões). Dessa maneira, a retomada de tais obras tende a contribuir de forma modesta, tanto no setor de seguros como na economia em geral, à medida que o orçamento anual para esses projetos, segundo o Ministério do Planejamento, é da ordem de R\$ 840 milhões.

O mercado ainda aguarda esse aquecimento, que depende de financiamento de longo prazo e previsibilidade regulatória.

Sobre a nova Lei das Licitações, quais são as principais mudanças que beneficiarão os corretores e as seguradoras?

A Lei traz avanços importantes, como a exigência de um projeto executivo e de uma matriz de risco, mas é preciso que as partes continuem a dialogar para que o produto mantenha-se interessante para a seguradora e para o mercado.

Os corretores, por sua vez, são peça fundamental neste quebra-cabeça, e têm que garantir que seus clientes estejam preparados, ou seja, as empresas brasileiras precisarão fornecer mais informações às seguradoras para que sua capacidade seja aprovada.

Qual é o potencial do seguro de garantia no Brasil?

O potencial é enorme, sobre todos os aspectos, e está refletido no crescimento médio ponderado (CAGR) do setor, em torno de 15% a.a. desde 2010. Em 2016, o mercado atingiu R\$ 2 bilhões em prêmio, um crescimento de 21% comparado ao ano anterior, de acordo com a SUSEP.

Sob a ótica de garantias contratuais, qualquer política que beneficie o investimento aumenta a demanda por seguro, e espera-se que, em algum momento ainda em 2017, o mercado comece a reagir de forma mais enfática.

Quanto às garantias judiciais, seu potencial será limitado à capacidade dos entes do mercado em fornecer o apoio às empresas e a seus balanços, pois o produto foi beneficiado, tanto pela evolução da Lei de Execuções como pelo Código de Processo Civil. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é uma das economias com maior complexidade do sistema tributário, tornando a garantia judicial um recurso importante para a realização de negócios.

E qual o potencial para o seguro de riscos de engenharia?

Tendo em vista uma possível retomada da economia, acreditamos que nos próximos meses também poderemos observar um crescimento deste ramo.

Por fim, quais são os principais desafios para este mercado?

Os desafios são muitos, mas os principais atualmente estão relacionados à gestão e ao monitoramento de riscos. Sob a ótica de gestão de risco, as seguradoras estão fortalecendo seus times de subscrição e crédito, uma vez que o cenário atual trouxe impactos severos nos balanços de todas as empresas, sejam as maiores (que contratam diretamente as grandes obras), como as de menor porte (que geralmente são subcontratadas do primeiro conjunto). Assim, notamos o fortalecimento do processo de subscrição, monitoramento e gestão de projetos.

Fonte: Press à Porter, em 14.08.2017.